CAIXA Consórcio

XS5 ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS S.A.
CNPJ 40.011.095/0001-63

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2021 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

continuação

b. Obrigações fiscais e previdenciárias

Os valores que compõem as obrigações fiscais e previdenciárias podem ser assim apresentados:

	31/12/2021
Impostos retidos	743
Impostos e contribuições sobre o lucro	218
Total	**961**

c. Outras obrigações - diversas

Os valores que compõem as outras obrigações diversas podem ser assim apresentadas:

	31/12/2021
Fornecedores	177
Despesas de pessoal	1.394
Arrendamento de balcão	1.877
Comissões a pagar	2.711
Serviços de terceiros - operacional	417
Ressarcimento de custos a pagar *(i)*	1.158
Outros valores	769
Total	**8.503**

(i) Compreendem as despesas relativas ao apoio administrativo prestado pela Caixa Seguradora e Caixa Consórcios.

9. Patrimônio líquido - Administradora

a. Capital social

O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é dividido em 2.999.528 ações, sendo 1.499.764 ações ordinárias e 1.499.764 ações preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal, livres e desembaraçadas de quaisquer ônus.

b. Reservas

i. A Reserva legal é constituída em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e o Estatuto, na base de 5% do lucro líquido de cada semestre até atingir 20% do capital. A reserva não possuía saldo em 31 de dezembro de 2021.

ii. Reserva de retenção de lucros é constituída com o saldo remanescente do lucro líquido do semestre após considerar o dividendo proposto e a reserva legal. A Assembleia Geral Ordinária pode deliberar sobre a utilização desta reserva para futuro aumento de capital, reinvestimento nas operações da Companhia ou para distribuição complementar de dividendos. A reserva não possuía saldo em 31 de dezembro de 2021.

iii. Reserva de capital formada pela parcela de contribuição do subscritor, que não foi destinada ao capital da Companhia, correspondendo ao montante de R$250.000 em 31 de dezembro de 2021.

c. Dividendos

Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo obrigatório, previsto no estatuto da Companhia, de 75% sobre o lucro líquido do exercício, após a destinação da reserva legal. Não houve provisionamento de dividendos no período.

10. Transações com partes relacionadas - Administradora

A Administração identificou como partes relacionadas da Companhia: suas controladoras diretas CNP Participações Ltda. e Caixa Seguridade Participações S.A., Caixa Econômica Federal - CAIXA, empresas ligadas que são controladas por seus acionistas, seus administradores, conselheiros e demais membros considerados como "pessoal-chave" da administração e seus familiares, conforme definições contidas no CPC 05.

Os saldos decorrentes de operações realizadas com as partes relacionadas são resumidas a seguir:

				31/12/2021
	Ativos	(Passivos)	Receitas	(Despesas)
Disponibilidades				
Caixa Econômica Federal	209	–	–	–
Contribuições para plano de previdência privada				
Caixa Vida e Previdência S.A.	–	–	–	(99)
Prestação de serviços e reembolsos				
Caixa Seguradora S.A. *(i)*	–	(902)	–	(1.277)
Caixa Consórcios S.A. *(i)*	–	(256)	–	–
Caixa Seguridade Corretagem e Administração de Seguros S.A. *(ii)*	–	(4.587)	–	(8.153)
Operações de seguros				
Caixa Seguradora S.A.	–	–	–	4
Remuneração do pessoal chave da administração				
Remuneração e benefícios de curto prazo	–	–	–	(153)

(i) Compreendem as despesas relativas ao apoio administrativo e operacional;

(ii) Custos e despesas referentes à comercialização dos produtos;

Além das transações demonstradas na tabela acima a Companhia realizou em 30.03.2021 o pagamento de R$ 250.000 referente à aquisição de direto de uso do balcão para distribuição dos produtos de consórcios à Caixa Econômica Federal (vide notas 1.1 e 7).

A Companhia não fornece benefícios pós-emprego, de rescisão de contrato de trabalho, remuneração baseada em ações ou outros benefícios de longo prazo, para seu pessoal-chave da Administração.

11. Receitas da intermediação financeira

A composição das receitas da intermediação financeira pode ser resumida como segue:

	2º semestre de 2021	31/12/2021
Receita com títulos de renda fixa	1.273	1.272
Receita com fundos de investimento	2.986	3.914
Total	**4.259**	**5.186**

12. Receitas de prestação de serviços - Administradora

São representadas integralmente por taxa de administração recebida de consorciados.

13. Despesas de pessoal - Administradora

A composição das despesas de pessoal pode ser resumida como segue:

Despesas de Pessoal	2º semestre de 2021	31/12/2021
Benefícios	(827)	(827)
Encargos sociais	(850)	(850)
Proventos	(3.160)	(3.160)
Despesas compartilhadas	(724)	(724)
Outras despesas de pessoal	(13)	(13)
Total	**(5.574)**	**(5.574)**

14. Outras despesas administrativas - Administradora

A composição das despesas administrativas pode ser resumida como segue:

Outras despesas administrativas	2º semestre de 2021	31/12/2021
Serviços de terceiros	(1.038)	(1.038)
Localização e funcionamento	(6.767)	(9.892)
Publicidade e propaganda	(533)	(533)
Comissões	(3.895)	(3.895)
Arrendamento de balcão	(4.258)	(4.258)
Outras despesas administrativas	(145)	(149)
Total	**(16.636)**	**(19.765)**

15. Despesas tributárias - Administradora

A composição das despesas tributárias pode ser resumida como segue:

Despesas tributárias	2º semestre de 2021	31/12/2021
ISS	(166)	(166)
PIS e COFINS	(502)	(545)
Total	**(668)**	**(711)**

16. Outras receitas e (despesas) operacionais - Administradora

A composição das outras receitas e despesas operacionais pode ser resumida como segue:

Outras receitas e despesas operacionais	2º semestre de 2021	31/12/2021
Outras receitas	3	3
Formalização e custo de contemplação	(28)	(28)
Serviços de terceiros	(419)	(419)
Outras despesas operacionais	(269)	(269)
Total	**(716)**	**(716)**

17. Imposto de renda e contribuição social - Administradora

Apresentamos a seguir a conciliação entre as alíquotas nominal e efetiva do imposto de renda e da contribuição social:

	31/12/2021	
	Contribuição Social	Imposto de Renda
Resultado antes dos tributos e após participações	(18.943)	(18.943)
Base de cálculo	**(18.943)**	**(18.943)**
Taxa nominal do tributo	9%	25%
Tributos calculado a taxa nominal	**1.705**	**4.736**
Ajustes do lucro real	1.852	1.852
Ajustes temporários diferidos	(1.843)	(1.843)
Total dos ajustes a base de cálculo	**9**	**9**
Tributos sobre os ajustes	**(1)**	**(2)**
Tributo contabilizado	**1.704**	**4.734**
Taxa efetiva	**9,00%**	**24,99%**

18. Principais práticas contábeis - Grupos de Consórcios

a. Ativo circulante

i. Aplicações interfinanceiras de liquidez

Representam os recursos disponíveis e outros créditos ainda não utilizados pelos grupos aplicados, segundo determinações do Banco Central do Brasil. Os rendimentos dessas aplicações são incorporados diariamente ao fundo comum e ao fundo de reserva de cada grupo, não incidindo sobre estes a taxa de administração.

O saldo das aplicações financeiras inclui os rendimentos e as variações monetárias auferidos, deduzido de ajuste ao valor de mercado, quando aplicável.

Os rendimentos decorrentes dessas aplicações financeiras são atribuídos aos grupos por meio de rateio diário proporcionais à participação de cada grupo no total das receitas.

ii. Direitos junto a consorciados contemplados

Representam os valores a receber de consorciados que já foram contemplados.

b. Passivo circulante

i. Obrigações com consorciados

Representam os recursos coletados quando da adesão dos consorciados aos grupos em formação e os recursos do Fundo Comum dos Grupos em Andamento.

ii. Valores a repassar

Representam os valores devidos pelos Grupos em Andamento a terceiros, a título de Taxa de Administração e Seguros, Multas e Juros Moratórios, Custas Judiciais e Prêmios de Seguros.

iii. Obrigações por contemplações a entregar

Representam os recursos a repassar aos consorciados contemplados destinados à aquisição de bens.

iv. Recursos a devolver a consorciados

Representam as obrigações dos grupos relativas aos recursos a serem devolvidos aos consorciados desistentes e excluídos.

v. Recursos do grupo

Representam os registros dos recursos do grupo a serem rateados aos consorciados ativos quando do encerramento do grupo.

c. Compensação

i. Previsão mensal de recursos a receber de consorciados

Demonstram a previsão de recebimentos de contribuições (fundo comum e fundo de reserva) de consorciados para o mês seguinte ao do encerramento das demonstrações financeiras, inclusive de consorciados em atraso, deduzidos de taxa de administração e do prêmio de seguro, com base no valor do bem vigente na data das demonstrações financeiras.

ii. Contribuições devidas ao grupo e obrigações do grupo por contribuições

Referem-se às contribuições totais (fundo comum e fundo de reserva) devidas pelos consorciados ativos até o final dos grupos.

iii. Valor dos bens ou serviços a contemplar

Corresponde ao valor dos bens a serem contemplados em assembleias futuras, calculado com base no preço do bem vigente no período.

d. Demonstração consolidada das variações das disponibilidades de grupos

Apresenta os recursos coletados e utilizados a valores históricos.

i. Recursos coletados

Representam os recursos coletados dos grupos de consórcio no período e incluem os rendimentos deles decorrentes.

O valor da contribuição mensal para aquisição de bens recebido dos participantes dos grupos é determinado com base no valor do bem e no percentual de pagamento estabelecido para cada contribuição, de acordo com o prazo de duração dos grupos, acrescido da taxa de administração, do fundo de reserva e dos seguros.

O fundo de reserva destina-se a cobrir eventuais insuficiências de caixa de cada grupo pelo não recebimento de prestações, além de outras possibilidades previstas em Lei. O saldo remanescente dos recursos do fundo de reserva de cada grupo é distribuído aos consorciados participantes no encerramento do grupo.

ii. Recursos utilizados

Representam os pagamentos realizados pelos grupos, tais como: cartas de crédito, taxa de administração, seguros e outros.

A taxa de administração é cobrada dos participantes dos grupos no ato do recebimento da contribuição para aquisição de bens ou no decorrer do recebimento das prestações.

e. Resumo das operações de consórcios

As operações de consórcios podem ser resumidas como segue:

	Quantidades
Operações de consórcios:	**31/12/2021**
Grupos em andamento	12
Consorciados ativos	3.494
Consorciados desistente ou excluídos - total [1]	96
Consorciados desistente ou excluídos - no período	96
Consorciados contemplados	36
Bens pendentes de entrega	34
Bens entregues - total [2]	2
Bens entregues - no período	2
Taxa média de inadimplência dos contemplados [3]	0,00%

[1] Representa o total de cotas desistentes e excluídas de grupos ativos na data-base dessas demonstrações financeiras;

[2] Representa a utilização total da carta de crédito de grupos ativos na data-base dessas demonstrações financeiras;

[3] A partir de 30/06/2015, o percentual de inadimplência calculado representa as cotas contempladas de consorciados ativos cujo percentual em atraso é igual ou superior ao percentual de amortização mensal, na data-base, sobre a quantidade total de cotas contempladas de consorciados ativos.

19. Aplicações financeiras - Grupos

As aplicações financeiras dos grupos de consórcios (em andamento e em formação) estão integralmente representadas por Quotas de fundo de investimento, o saldo do 2° semestre de 2021 e em 31 de dezembro de 2021 era de R$ 4.779.

20. Provisões

A Companhia não constitui provisão para causas cíveis em grupos por entender que os valores pleiteados pelos consorciados já se encontram provisionados, nas rubricas de: i) obrigações com consorciados; ii) recursos a devolver a consorciados.

Conselho de Administração

Pedro Duarte Guimarães Presidente do Conselho de Administração	**Stéphane Marie Christian Abel Dedeyan** Vice-Presidente do Conselho de Administração	**Camila de Freitas Aichinger** Membro do Conselho de Administração	**Laurent Pierre Jean François Jumelle** Membro do Conselho de Administração	**Xavier Larnaudie-Eiffel** Membro do Conselho de Administração

Parecer do Conselho Fiscal

Concluído o exame do Relatório da Administração e das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social de 2021 e, constatada a exatidão de todos os elementos apreciados, considerando o relatório sem ressalvas da KPMG, os membros do Conselho Fiscal da XS5 Administradora de Consórcios S.A. ("Companhia"), no exercício de suas atribuições legais e estatutárias, são da opinião de que esses documentos refletem adequadamente a situação patrimonial, a posição financeira e as atividades desenvolvidas pela Companhia no período e estão em condições de serem submetidos à apreciação e aprovação dos Senhores Acionistas.

Conselho Fiscal

José Francisco da Conceição Presidente do Conselho Fiscal	**Sérgio Ruffoni Guedes** Membro titular do Conselho Fiscal	**Marcos Vinícius e Silva** Membro titular do Conselho Fiscal	**Mateus de Mendonça Marques** Membro titular do Conselho Fiscal

Diretoria Executiva

Maximiliano Alejandro Villanueva Diretor Presidente	**Elerson Leris** Diretor de Operações e Tecnologia	**Vanessa Regina Gobi Cattinne** Diretora Comercial/Diretora Financeira

Contadora

Ana Paula Rodrigues Coelho
CRC PE - 020428/O-0 T-DF

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Administradores e Acionistas da XS5 Administradora de Consórcios S.A. - Brasília - DF

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da XS5 Administradora de Consórcios S.A. ("Administradora"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, as demonstrações consolidadas dos recursos de consórcios em 31 de dezembro de 2021 e das variações consolidadas nas disponibilidades de grupos de consórcios para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da XS5 Administradora de Consórcios S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos naquela data, bem como a posição patrimonial e financeira consolidada dos grupos de consórcios para o semestre e exercícios findos naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Administradora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Exercício anterior não auditado

Chamamos a atenção para o fato de que não examinamos o balanço patrimonial da Administradora em 31 de dezembro de 2020 ou de quaisquer notas explicativas relacionadas e, consequentemente, não expressamos uma opinião sobre eles.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Administradora é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da Administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Administradora continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Administradora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Administradora.

• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

• Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Administradora. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Administradora a não mais se manterem em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance, da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Brasília, 23 de fevereiro de 2022

KPMG

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/O-6F-DF

Érika Carvalho Ramos
Contadora - CRC 1SP224130/O-0

COMBUSTÍVEIS

Consumidores em alerta

Perspectiva de novo aumento dos preços da gasolina, devido à invasão da Ucrânia pela Rússia, tira o sono de motoristas

» GABRIELA BERNARDES*
» MARIA EDUARDA ANGELI*

Com a invasão da Ucrânia por tropas russas, os combustíveis podem ter aumento significativo de preços. A gasolina e o diesel, inclusive, já estavam com defasagem de R$ 0,50 e R$ 0,30, respectivamente, em relação ao mercado internacional, segundo analistas. Agora, com um conflito armado envolvendo dois países que são grandes fornecedores no setor de energia, a situação pode ficar ainda mais difícil para os consumidores.

Morador de Águas Claras, o servidor público Anderson Sena, 43 anos, afirmou que uma nova alta da gasolina deve complicar o orçamento. "Se aumentar, vai ficar bem pesado. Minha esposa trabalha no Sudoeste e, todo dia, tenho que trazê-la e levá-la, além de buscar meu filho, que estuda no Sudoeste também", explicou.

Na última quinta-feira, o barril do petróleo Brent chegou a passar dos US$ 105, o maior nível desde 2014. Ontem, o insumo fechou em US$ 97,93. O WTI, dos Estados Unidos, terminou o dia em US$ 95,64. Os valores são importantes porque ditam o preço em que os derivados vão chegar à população.

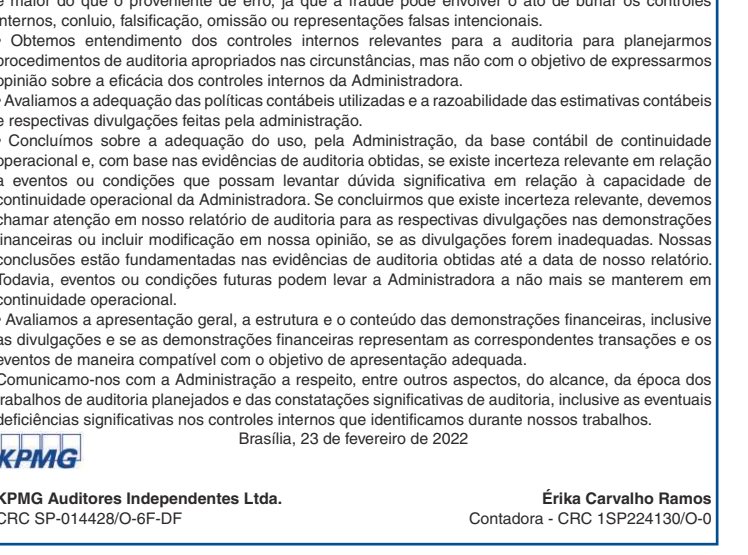
Na opinião da analista do Sebrae Luciana Borges, 36, "a tendência é piorar". A profissional se desloca todos os dias da Asa Sul para o SIA (Setor de Indústria e Abastecimento) para trabalhar. Para ela, se o combustível subir, "vai ficar mais difícil a situação financeira de todo mundo". "Está complicado manter um carro. Acho que aumentar o combustível mais do que isso é insustentável", afirmou.

Borges também contou que, recentemente, trocou de carro e optou por um veículo mais econômico. "Já está pesado para mim, que tenho um carro econômico. Eu fico pensando nos que não são tão econômicos. Está complicado", completou.

Christopher Horta, 29, técnico de TI, diz que, caso os preços subam, pode recorrer à bicicleta para se deslocar no dia a dia. "Como moro perto do trabalho, iria de bicicleta. Não aderiria ao transporte público, até porque tenho receio da covid. Com mais um aumento na gasolina — que já está cara — não tem condição de andar de carro", justificou.

*** Estagiárias sob a supervisão de Odail Figueiredo**

Maria Eduarda Angeli/Esp.CB/D.A Press



Christopher Horta diz que pode optar pela bicicleta